



**O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE DIZEM OS ALUNOS?**

***THE STATUTE OF THE CHILD AND ADOLESCENT IN THE EARLY YEARS OF
ELEMENTARY SCHOOL: WHAT DO STUDENTS SAY?***

Thaís Cristina Rodrigues Tezani¹

Marcia Cristina Argenti Perez²

Lucas Sarzi³

Resumo: Temos como objetivo com esse artigo apresentar as ações desenvolvidas por meio de um projeto de extensão universitária intitulado “O ECA nos anos iniciais do ensino fundamental” realizado no ano de 2016 e discutir os resultados obtidos com a pesquisa realizada durante suas atividades. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi trabalhado por meio de ações interdisciplinares e atividades extracurriculares num projeto social e atendeu 140 crianças, dos 7 aos 17 anos, localizado em uma cidade de porte médio do interior paulista, para a pesquisa foram selecionadas 18 crianças dos 9 aos 11 anos que estavam regularmente matriculadas no 5º ano do ensino fundamental. Como base para nossas discussões, apoiamos-nos em estudos teóricos que fundamentam a temática, possibilitando assim articulação com a prática das atividades desenvolvidas. Além disso, analisamos os dados coletados com os alunos do ensino fundamental sobre o ECA. Estudos sobre essa temática são necessários para que possamos compreender como as ações concretas, articuladas com pesquisa e ensino sobre uma legislação contribuem para a formação dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Alunos. Anos iniciais do ensino fundamental. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abstract: *The purpose of this article is to present the actions developed through a university extension project titled "The ECA in the initial years of elementary education" held in the year 2016 and discuss the results obtained with the research carried out during its activities. The Statute of the Child and Adolescent (ECA) was worked through interdisciplinary actions*

¹ Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação. Professora Assistente do Departamento de Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Tecnologia, Educação e Currículo (GEPTEC), da UNESP - Faculdade de Ciências de Bauru – SP. E-mail: thaistezani@yahoo.com.br

² Pedagoga, Mestre e Doutora em Psicologia, Professora Assistente do Departamento de Psicologia da Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Família e Escolarização (GEPIFE), da UNESP-Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - SP. E-mail: marciacap@fclar.unesp.br

³ Pedagogo e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Tecnologia, Educação e Currículo (GEPTEC), da UNESP-Faculdade de Ciências de Bauru – SP. E-mail: lucassarzi21@gmail.com

and extracurricular activities in a social project and attended 140 children, from 7 to 17 years old, located in a medium Sized city in the interior of São Paulo, for the research were selected 18 children aged 9 to 11 years who were regularly enrolled in the 5th year of elementary school. As a basis for our discussions we rely on theoretical studies that support the theme, thus enabling articulation with the practice of the activities developed. In addition, we analyzed the data collected with elementary school students about ECA. Studies on this theme are necessary so that we can understand how concrete actions, articulated with research and teaching on legislation, contribute to the education of students in the initial years of elementary education.

Keywords: *Students. Early years of elementary school. Statute of the Child and Adolescent.*

Introdução

O projeto “O ECA nos anos iniciais do ensino fundamental” baseou-se nos pressupostos teóricos da vertente histórico-cultural, buscando realizar ações concretas, articuladas com pesquisa e ensino, especificamente no que tange à formação do pedagogo. A abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos anos iniciais do ensino fundamental foi realizada de forma sistemática e por meio de ações interdisciplinares e atividades extra curriculares, conforme a Lei 8.069/1990 (BRASIL, 1990), a qual instituiu o ECA. Nosso objetivo principal com o projeto foi proporcionar a devida compreensão e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, livrando-se de mitos e preconceitos que prejudicam o necessário entendimento de sua finalidade e importância para os alunos.

A garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil sempre se configurou como uma das mais intensas lutas pelos direitos humanos ao longo de diferentes contextos históricos, culturais e econômicos. Segundo Sarlet (2009), podemos narrar a história dos direitos da criança e do adolescente a partir do entendimento de três doutrinas que definiram os parâmetros para a legalização dos direitos. São elas: 1) Doutrina do direito penal, 2) Doutrina da situação irregular e 3) Doutrina de proteção integral. Tais doutrinas refletem os valores e as representações da criança e do adolescente do ponto de vista da dimensão jurídica de cada uma em diferentes momentos da história social brasileira.

A Doutrina de direito penal foi vigente até o início do século XX com o teor de estabelecer do ponto de vista jurídico formas de criminalizar o “menor” brasileiro em um

contexto de avanço industrial e de agravamento das crises sociais, pobreza e marginalidade.

A Doutrina de situação irregular vigorou até a metade dos anos 80, do século XX, representada juridicamente no Código de Menores de 1927 e sua reformulação em 1979, preconizava princípios para o “menor” em situação irregular, a partir de políticas e programas, inspirados no regime totalitário e militarista repressor e excludente vigentes no País. Dentre as principais ações temos, por exemplo, a Política Nacional do Bem-Estar do “Menor”, a Fundação Nacional do Bem-Estar do “Menor” (FUNABEM) e a Fundação Estadual do Bem-Estar do “menor” (FEBEM).

A Doutrina de proteção integral, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1989, obrigou o Brasil a promover a legalização dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes de maneira integral, no qual os poderes públicos, a sociedade e as famílias prioritariamente reconheçam e respeitem suas crianças e seus adolescentes, enquanto sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento. Assim a Lei 8.069/1990 (BRASIL, 1990) instituiu o Estatuto da criança e do adolescente, o ECA, que passa a ser o instrumento essencial para o desencadeamento das mudanças no cumprimento da Doutrina de proteção integral. A partir do ECA meninas e meninos são sujeitos de direitos prioritários nas políticas públicas e na destinação e elaboração de programas e recursos públicos específicos.

Atualmente, apesar dos avanços identificados no contexto da Doutrina de proteção integral para as crianças e adolescentes, o Brasil, infelizmente ainda desenvolve a implantação de políticas públicas de forma fragmentada e desarticulada, implicando em custos elevados e resultados que não refletem os objetivos desejados. O grande desafio a ser enfrentado no contexto de garantia e enfrentamento a violação de direitos é a luta pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente, considerando as diversidades e a necessidade de romper preconceitos, em contrapeso às diferenças sociais historicamente constituídas.

No presente artigo, assumimos um questionamento do projeto de extensão universitária desenvolvido: nesta luta pela garantia dos direitos da criança e do adolescente defendido pela Doutrina de proteção integral, as crianças e os adolescentes conhecem seus direitos?

Vale ressaltar que nosso posicionamento foi intervir em uma dimensão paradoxal, no qual as crianças são de forma expressiva compreendidas pela sua existência e significado

social e, ao mesmo tempo, consideradas como o não-adulto e este posicionamento adultocêntrico sobre a criança e a infância reforça concepções de incompletude ou de negação de um ser humano “completo”. Sendo assim, a possibilidade de realizar um projeto de extensão universitário em que os direitos da criança e adolescente fossem apresentados para a apropriação de conhecimentos específicos e a valorização da “escuta” da criança reforçam nossa convicção da criança como ser social e reflexivo na sociedade. De acordo com Sarmiento (2007, p. 41):

A redefinição da cidadania da infância é o efeito conjugado da mudança paradigmática da concepção de infância, da construção de uma concepção jurídica renovada, expressa sobretudo na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, e do processo societal de ampliação das formas de cidadania, a partir de uma ação assertiva e contra hegemônica, em que têm lugar nomeadamente agentes e ONGs centradas na infância. Tal redefinição constitui, por conseqüências, um espaço tenso, não isento de ambigüidades e em processo de construção. Não obstante, exprime-se como uma das mais prometedoras possibilidades de interpretação dos vínculos sociais das crianças.

A dinâmica para realização das intervenções utilizou-se de oficinas temáticas que englobavam diversos procedimentos e recursos adequados à faixa etária dos participantes e nível de aprendizagem, como exemplos jogos, brincadeiras, músicas, vídeos, debates, material didático específico sobre o ECA elaborado pela professora coordenadora do projeto e os bolsistas durante os anos de execução do projeto (entre os anos de 2009 a 2016), com o intuito de possibilitar o processo de aprendizagem de uma Lei por alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso, elaboramos material didático e pedagógico específico que atende aos dispositivos legais e a demanda social.

Sobre as oficinas Brezinski (2008), afirma que essa sistemática incentiva a produção de relatos práticos e assim possibilita a coleta de dados e (re)organização das ações. As atividades com os alunos duraram aproximadamente noventa minutos e foram realizadas no contraturno escolar. Ao final das ações do projeto, foi entregue à escola CD-Ron com as fotos das atividades e cada aluno recebeu sua apostila com as atividades realizadas.

As ações proporcionaram articulação entre ensino, pesquisa e extensão que ocorreu em virtude do contato dos alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia com as atividades de planejamento, execução e avaliação do projeto de extensão universitária e suas infinitas vivências e “escutas”, contribuindo assim com a formação dos futuros pedagogos, como agentes potenciais de transformação da realidade social.

Conversando com a Teoria e Conhecendo o Contexto e a Metodologia

As ações têm como referenciais autores como: Brandão (2001), Brezinski (2008), Cerqueira (2005), Freire (2011), Del Priore (1999), Maciel (2008), Pereira (2004), Riezo (2001), Santos (2010), Sarmiento (2007), entre outros.

No ano de 2016, as ações foram desenvolvidas em um projeto social que realizou no contraturno escolar, atendendo 140 crianças, dos 7 aos 17 anos, localizada em uma cidade de porte médio do interior paulista, localizado num bairro periférico, com características ímpares, pois são alunos carentes em vários aspectos (social, afetivo e pedagógico).

O projeto social é antigo e histórico, na cidade, já funcionou por vários anos como abrigo para criança sem lar e de origem pobre, porém, no ano de 2007, sofreu uma grande renovação administrativa, sendo inteiramente reformulado, passando a ser um projeto de proteção social básica, atendendo em contraturno escolar, crianças e jovens em situações familiares de vulnerabilidade e fragilidade.

O desenvolvimento do projeto nesse contexto por atender alunos que estão sobre a proteção do ECA, por isso se fez um cenário propício para analisarmos o conhecimento que os alunos teriam sobre a lei que os protege. Outro ponto que contribuiu com a essa escolha foi que o projeto social atende todas as escolas da cidade, assim poderíamos verificar esse conhecimento sobre a legislação não apenas em uma unidade escolar, mas num universo um pouco maior.

Para isso, selecionamos 18 alunos dos 9 aos 11 anos que estavam regularmente matriculados na 5º ano do ensino fundamental I. Os encontros ocorreram semanalmente com os alunos com aproximadamente noventa minutos de duração, sendo realizadas oficinas temáticas interdisciplinares para compreensão do ECA. Participaram diretamente das ações a professora coordenadora e o aluno extensionista.

A partir do referencial histórico-cultural, sabemos que, hoje, a formação dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental para a cidadania passa pelo conhecimento, reflexão e vivência do ECA, como parte de uma política pública que tem interface imediata com a política educacional.

Somado à importância de uma formação política desde a infância para o desenvolvimento pleno da cidadania, temos a denúncia das crianças vivenciarem infâncias

marcadas pela ocultação e violação dos direitos de proteção integral previstas nas legislações. Nas palavras de Sarmiento (2007, p. 26-27) temos:

A infância tem sofrido um processo idêntico de ocultação. Esse processo decorre das concepções historicamente construídas sobre as crianças e dos modelos como elas foram inscritas em imagens sociais que tanto esclarecem sobre os seus produtores (o conjunto de sistemas estruturados de crenças, teorias e ideias, em diversas épocas históricas) quanto ocultam a realidade dos mundos sociais e culturais da criança, na complexidade da sua existência social.

Nesta perspectiva, esperamos ter contribuído para o desafio de implementação do ECA na cultura infantil e escolar, pois há um compromisso da Universidade com a melhoria do ensino público e, assim, possibilita discussões sobre práticas curriculares. Como as ações foram realizadas fora do *campus*, promoveu a integração da Universidade com a comunidade na qual o projeto social atende. Essa parceira é fundamental para ambos: a comunidade toma conhecimento do trabalho realizado pela Universidade e a Universidade coleta dados para análise de suas ações e aprimoramento científico, proporcionando a indissociação entre a Universidade e a comunidade, fator fundamental para a realização da extensão universitária.

A articulação teórica e prática oportuniza uma visão menos fragmentada do processo educacional e possibilita lançar novos olhares para o aluno e a escola contemporânea. Por meio das oficinas temáticas, houve aproximação da realidade escolar que ultrapassa os limites do estágio curricular supervisionado.

Conforme afirma Brandão (2001, p. 37), as pesquisas participantes “pretendem ser instrumentos pedagógicos e dialógicos de aprendizado compartilhado; possuem organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora”. Ainda, segundo o autor, são pontos de partida para o trabalho: a) o ponto de origem deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica; b) a ação de pesquisa incide sobre aspectos da vida social e c) nunca se deve perder de vista as integrações e interações que compõem o todo das estruturas e das dinâmicas desta mesma vida social.

A seleção dos alunos seguiu dois critérios: ter a idade que o ECA considera como criança, estar matriculado e frequentando os anos iniciais do ensino fundamental. Foram realizadas atividades que visaram perceber os conhecimentos prévios que os alunos tinham sobre o ECA, por meio de rodas de conversa em todo início e final de encontro, atividades

como cruzadinha, resposta de um pequeno questionário dialogado feito durante as conversas, vídeos, brincadeiras, entre outros.

Os Dados e sua Análise

Dentro das atividades desenvolvidas e rodas de conversas foram percebidas várias concepções do que significa a sigla ECA, para os alunos era expressão de nojo (pelo sentido evocado pela palavra *ECA*) ou a relação com o ensino fundamental da criança e adolescente, ou seja, as crianças não conheciam um mecanismo que era para sua própria defesa e bem-estar.

Para ajudar neste processo de assimilação, usamos vídeos, que se encontram no site da câmara dos deputados, vídeos que explicam um pouco da história e o que é o ECA, mas como o tempo era curto os alunos não demonstravam muito interesse sobre o tema, pois não tinham ou se tinham era um conhecimento superficial.

Um ponto relatado por alguns alunos que eles já tinham ouvido a professora falar sobre o ECA, mas não lembravam como e o porquê, não vindo a memória sobre o que era, logo eles decidiram que não era importante, pois o tema não tinha sido tratado em sala de aula.

Notamos que os alunos que conheciam um pouco mais sobre o ECA não tinham obtido esta informação dentro da escola, tinham tido outras fontes de informação que resolveram mostrar o que era o ECA, mesmo tendo esta informação o conteúdo foi descontextualizado e sem significação para o aluno, mesmo sendo importante para a criança.

Mesmo dentro das atividades propostas que envolvia desenhos e caça-palavras, houve dificuldades, pois tinha uma grande ideia que a criança só tinha o dever de estudar e os direitos viriam depois quando fossem adultos, mostrando que a falta de informação já vinha interferindo nos conceitos de direito e deveres das crianças.

De acordo com Saviani (1991, p.21) “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Sendo assim, apontamos nossa preocupação pela falta de conhecimentos dos próprios direitos previstos no ECA pelos participantes do projeto de extensão universitária. Os resultados expressam a máxima de Saviani que referenda que é preciso identificar os elementos culturais necessários, que precisam ser assimilados pelos

207

indivíduos, no caso, educadores, crianças e adolescentes, para uma humanização e desenvolvimento do pensamento crítico.

Relacionamos os dados analisados do projeto de extensão universitária aos princípios da perspectiva histórico-cultural no qual defende que a apropriação do conhecimento é o principal mecanismo para a formação do psiquismo humano. Assim, a tomada de consciência humana da realidade precisa ser constituída de sentidos e significados historicamente construídos. O fato das crianças participantes do estudo não terem a dimensão dos seus direitos sociais já garantidos do ponto de vista jurídico, implica no que Leontiev (1978) chamou de estruturação alienada da consciência humana, no qual o ser social não tem aquisições culturais se apropriando dos sentidos e significados históricos e dialéticos, apenas se adapta ao mundo dos objetos humanos.

Mesmo tendo uma lei que o torna Estatuto da Criança e Adolescente um tema que o professor tem que trabalhar dentro de sala de aula, ficou evidente que este tema é deixado para trás em prol de outros conteúdos escolares e se trabalhados são de forma muito superficial e rápida, não dando embasamento para os alunos sobre o tema.

A compreensão da importância será atingida com a ampla divulgação, mas não como material publicitário e sim como um material didático, que possa ajudar o cidadão a compreender qual a real intenção do ECA, e assim passe a ser um multiplicador deste conhecimento, a ignorância e a arma para difusão do preconceito e considerando o histórico da nossa sociedade a informação se faz muito necessária e a escola dando a devida importância ao conteúdo que tem que ser tratado como relevante para a formação do aluno como um cidadão completo e consciente.

Considerações Finais

A função social da educação escolar pressupõe o domínio por parte dos educadores de um conjunto de mediações teóricas e, também da compreensão dos aspectos psicológicos, os quais devem se refletir em conteúdos escolares contextualizados e reflexivos. O educador é o elemento mediador essencial no processo de formação dos conceitos e processos psicológicos superiores.

Os dados coletados durante a realização das atividades serão utilizados para o avanço

de pesquisas sobre essa temática e organização de ações futuras sobre o ECA nos anos iniciais do ensino fundamental.

O aprendizado de uma lei pelos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental é ainda pouco explorado pela Universidade, assim como a possibilidade de articular essa temática ao ensino e a pesquisa. Tal perspectiva enriquece a formação do aluno.

Em suma, a luta pela garantia de Proteção Integral e a efetivação plena do ECA passa pela tomada de consciência do educador pela constituição de uma proposta de ensino que busque a formação crítica, política e cidadã para crianças e adolescentes em um país marcado pela desigualdade e exclusão social. Esta é uma luta com a qual vale a pena nos envolvermos.

Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 19 maio 2018.

BRZEZINSKI, I. (org.). **Percurso de pesquisa em educação**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2008.

CERQUEIRA, T. T. P. L. de P. **Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente: teoria e prática**. São Paulo: Premier, 2005.

DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MACIEL, K. R. L. A. **Curso de Direito da Criança e do adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. São Paulo: Ed. Lumen Juris. IBDFAM. 2008.

PEREIRA, R. da C. **Afeto, ética, família e o novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey; IBDFAM, 2004.

RIEZO, F. B. **Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Tradebook, 2011.

SANTOS, B. R. dos.; TOORES, A.; NICODEMOS, C.; DESLANDES, S. F. **Teoria e prática dos conselhos tutelares e dos direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Ed. da Fiocruz, 2010.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2009.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. *In*: VASCONCELLOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. **Infância (in)visível**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-30.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

Recebido em: 7 de julho de 2018.

Aceito em: 1 de outubro de 2019.